



**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RESOLUÇÃO Nº 33**

**Estabelece critérios para encaminhamento de presos para cumprimento de pena nos presídios da Capital e Regionais.**

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições, e,

**CONSIDERANDO** o que se contém no relatório da Corregedoria da Justiça, à vista do processo administrativo nº.160/96, que tramitou naquele órgão;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer critérios para encaminhamento de presos para cumprimento de pena nos presídios da Capital e Regionais, diante da superpopulação carcerária destes e da inexistência de colônia agrícola, industrial ou similar, e casa de albergado, a possibilitar o fiel cumprimento do disposto nos arts. 87, 91 e 93 da Lei 7.210/84;

**CONSIDERANDO** ainda que, diante do quadro apresentado pelo sistema penitenciário, cabe ao Judiciário, na medida do possível, implementar medidas a evitar que resulte frustrada uma das finalidades da pena - a ressocialização do criminoso;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Não devem os Juizes Criminais deste Estado, mesmo em caráter excepcional, designar para lugar de cumprimento de pena, as Penitenciárias da Capital e Regionais de Campina Grande, quando foram estabelecidos inicialmente os regimes aberto e semi-aberto, bem como aquelas penas fixadas até três anos sob regime fechado, cujos réus não sejam portadores de personalidade periculosa.

§ 1º - Os apenados de que trata o "caput" deste artigo deverão permanecer, sempre que possível, em celas separadas daquelas reservadas aos presos provisórios.

§ 2º - O encaminhamento dos presos que não estiverem enquadrados nas hipóteses previstas neste artigo, far-se-á com observância do disposto nos Provimentos nºs. 12 e 13/97 da Corregedoria da Justiça.

Art.2º - Se a comarca dispuser de Presídio Regional, a remessa de preso de outra comarca para cumprir pena, será sempre nas condições previstas no art. 1º desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogada a Resolução nº 14/97.

Sala das Sessões do Conselho Superior da Magistratura, aos três dias do mês de dezembro de 1997.

*Des. RAPHAEL CARNEIRO ARNAUD*  
Presidente

Publicado no Diário da Justiça  
Em 11 de dezembro de 1997

SUBSECRETARIA ADMINISTRATIVA